



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

MARCOS BARROS MÉRO

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 18 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1802/2014.

Interessado: Juízo de Direito da Vara do Único Ofício de Anadia.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Processo nº 0000327-33.2013.8.02.0203).

Despacho: Junte-se ao Proc. 2033/2013.

Proc: 3092/2015 (Anexo Proc. 880/2013 - 17 volumes).

Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Lavre-se portaria designando o 66º Promotor de Justiça da Capital para adotar as medidas legais cabíveis.

Proc: 5661/2015.

Interessado: Dr. Fernando Augusto de Araújo Jorge, Promotor de Justiça aposentado.

Assunto: Requerimento de isenção de imposto de renda.

Despacho: À d. Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 270/2016.

Interessado: Assessoria Militar desta Procuradoria Geral de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da d. Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Aquisição de quatro (4) colchões de solteiro, visando a substituição dos já existentes nos alojamentos dos militares que desempenham suas funções no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 9/2016, elaborado pelo setor de compras contendo cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica "COMERCIAL SUPER SPUMA LTDA-EPP", no valor total de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 637/2016.

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação.

Assunto: Concessão de adiantamento.

Despacho: Acolho o parecer da d. Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Adiantamento de numerário a Servidor Público. Decreto Estadual nº 23.532/2012 - Despesa de manutenção de pequeno valor pecuniário e de pronto pagamento, para atender a necessidades inadiáveis do Ministério Público de Alagoas. Pelo deferimento". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 646/2016.

Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.

Assunto: Requerimento de abertura de licitação.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Sistema de Registro de Preços - SRP. Licitação - Modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, para o registro de preços à eventual contratação de serviços de locação de veículos com e sem motorista. Fase Interna. Termo de referência. Orçamento nº 15/2016, elaborado pelo setor de compras. Informação das Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças. Análise da Controladoria Interna. Alteração do edital. Pela aprovação do material confeccionado e ulterior autorização de abertura do certame". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 979/2016.

Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Ciente da propositura da ação civil pública (fl.3). Em face da prova da movimentação do Proc. 1478/2014, juntada à fl. 6, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1149/2016.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Editada a Lei Orçamentária de 2016, vão os autos à DG para a adoção das medidas cabíveis, tendo em vista a imprescindibilidade do adimplemento da obrigação noticiada.

Proc: 1171/2016.

Interessado: Câmara Municipal de Inhapi.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Mata Grande, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1295/2016.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.

Assunto: Encaminhamento de documentos (Proc nº 000755.2003.19.000/5).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1327/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça Cumulativa de Patos/Ministério Público da Paraíba.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 13ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1328/2016.

Interessado: Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região.

Assunto: Encaminhamento de documentos (ATAC 001203.2004.19.000/0-014).

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1357/2016.

Interessado: Escola Superior do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Tributário. Cobrança de taxa de licença e fiscalização, para localização, instalação e funcionamento de prédio afetado à Procuradoria Geral de Justiça. Exercício do Poder de Polícia. Inocorrência do fato gerador e ilegitimidade do sujeito passivo da obrigação tributária. Impossibilidade. Cobrança de Taxa de coleta de lixo e resíduos sólidos. Possibilidade. Serviço público específico e divisível. Não limitação do poder de tributar. Imunidade recíproca. Inexistência. Exegese do art. 9º, IV, alínea "a" da Lei nº 5.172/1966 - Código Tributário Nacional e, do art. 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal. Pelo reconhecimento e pagamento da coleta de lixo e resíduos sólidos e pela impossibilidade de pagamento da taxa de licença e fiscalização, para localização, instalação e funcionamento; ressaltando a desnecessidade de análise jurídica em casos similares já analisados, com vista à máxima operacionalização de recursos e procedimentos administrativos, bem como, a prevenção de incidência e/ou agravamento de penalidade pecuniária decorrente da satisfação do crédito tributário lançado". À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 1359/2016.

Interessado: 8ª Promotoria de Justiça de Arapiraca.

Assunto: Requerimento de designação.

Despacho: Em face da informação do GECOC, às fls. 5/6v, evoluam os autos ao interessado, para se manifestar.

Proc: 1364/2016.

Interessado: Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Assunto: Encaminhamento de denúncia.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 25ª Promotoria de Justiça da Capital, obedecidas as cautelas do estilo.

Proc: 1377/2016.

Interessado: Aline Maria Cavalcante da Silva.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça Criminais Residuais da Capital, obedecidas as cautelas de estilo. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1424/2016.

Interessado: Galba Novaes de Castro Júnior, Deputado Estadual.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À DPO/DCF para informar.

Proc: 1441/2016.

Interessado: Thomaz Augusto Lucena Fireman, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de horário especial.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1447/2016.

Interessado: 51ª Promotoria de Justiça da Capital.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Junte-se ao Proc. 1535/2015.

Proc: 1452/2016.

Interessado: Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000879/2015-45).

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1456/2016.

Interessado: Corregedoria Geral do Ministério Público.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: Adotadas as medidas legais cabíveis, determino o arquivamento do feito, obedecidas as cautelas de estilo.

Proc: 1462/2016.

Interessado: Dino César do Nascimento e outro.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise a parecer.

Proc: 1473/2016.

Interessado: Dr. Cláudio José Brandão Sá, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1474/2016.

Interessado: Promotoria de Justiça de São Sebastião.

Assunto: Requerimento de designação.

Despacho: Ao GECOC para se manifestar.

Proc: 1483/2016.

Interessado: Crisberto Lima de Albuquerque Sarmento, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1491/2016.

Interessado: Clínica Especializada em Dependência Química Recomeço.

Assunto: Encaminhamento de informações.

Despacho: À 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro.

Proc: 1493/2016.

Interessado: Thiago Farias de Andrade Assis, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de suspensão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Proc: 1494/2016.

Interessado: Caíque Cavalcante Magalhães, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de licença matrimônio.

Despacho: Defiro o pedido, juntando-se oportunamente a certidão de casamento. À DP para as anotações pertinentes. Em seguida, archive-se.

Proc: 1496/2016.

Interessado: Dra. Jane Braga Quirino Lima, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de abono de permanência.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 1498/2016.

Interessado: Dra. Alba Lúcia Torres de Oliveira, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de suspensão de férias da servidora Amanda Caroline Nunes Tavares Freire.
Despacho: Defiro o pedido. À DP para as providências cabíveis. Em seguida, arquite-se.

Proc: 1527/2016.

Interessado: Ouvidoria do Sistema Penitenciário/Ministério da Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À Chefia de Gabinete para informar.

Proc: 1533/2016.

Interessado: Justiça Itinerante - Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Considerando o teor do ofício exordial, aliado ao fato do município de Santana do Mundaú integrar a área de atribuição das Promotorias de Justiça de União dos Palmares, e, ainda, sendo a 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares legitimada para oficiar em processos de casamento, determino o envio de cópia fotostática integral, por e-mail e pelos correios, deste processo administrativo ao Promotor de Justiça Antônio Luis Vilas Boas Souza, substituto legal em exercício naquela Promotoria de Justiça, para a adoção das providências legais. Por fim, oficie-se ao interessado.

PIC 69/2015 - GECOC.

Interessado: GECOC.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 18 de abril de 2016.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 234554

PORTARIA N° 305, DE 18 DE ABRIL DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA, 66º Promotor de Justiça da Capital, para funcionar no Proc. 3092/2015 (Proc. 880/2013 anexo), adotando as medidas legais cabíveis, revogando as disposições contidas na Portaria PGJ n° 192, de 22 de março de 2016. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 306, DE 18 DE ABRIL DE 2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar a Dra. NORMA SUELI TENÓRIO DE MELO MEDEIROS, 22ª Promotora de Justiça da Capital, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 19ª Promotoria de Justiça da Capital, durante as férias da Promotora de Justiça titular, com efeitos retroativos ao dia 1º de abril do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 234555

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa as EMPRESAS ESPECIALIZADAS NO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 10 dias para apresentação de propostas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SCANNER (DIVERSOS MODELOS).

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se à disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79,

Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h30min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: diogocomprasmpal@gmail.com, compras@mpal.mp.br ou por telefone, através do número (82) 2122-3541.

Maceió, 18 de abril de 2016

Diogo Lessa dos Santos Melo
Setor de Compras

Protocolo 234453

**MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, avisa as EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, que a partir da publicação deste Aviso, serão contados 10 dias para apresentação de propostas.

OBJETO: FORNECIMENTO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS, SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS.

Maiores informações sobre a cotação e todas as especificações encontram-se à disposição na Procuradoria-Geral de Justiça, Setor de Compras, 2º andar da Sede do Ministério Público Estadual situada à Rua Doutor Pedro Jorge Melo e Silva, 79, Poço - Maceió - Alagoas, CEP 57.025-400, das 07h30min às 13h30min, devendo os interessados entrar em contato pelo e-mail: diogocomprasmpal@gmail.com, compras@mpal.mp.br ou por telefone, através do número (82) 2122-3541.

Maceió, 18 de abril de 2016

Diogo Lessa dos Santos Melo
Setor de Compras

Protocolo 234455

Colégio de Procuradores de Justiça

Extrato da Ata da 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça

Data, hora e local: 04-03-2016, às 10 horas, na Sala das Sessões dos Órgãos Colegiados, instalada no edifício-sede do Ministério Público local, na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, n° 70, 4º andar, Poço, em Maceió-AL.

Presentes: Procuradores de Justiça Sérgio Jucá (Procurador-Geral de Justiça), Vicente Felix Correia (Corregedor-Geral do Ministério Público), Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmir Lopes Camerino, Eduardo Tavares Mendes, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Marcos Méro (nomeado Secretário ad hoc), Valter José Omena Acioly e Denise Guimarães de Oliveira, sob a presidência do primeiro.

Ata da reunião anterior: Unanimemente aprovada a ata da 17ª Reunião Ordinária do Colegiado, realizada em 2015, sendo resolvido, por sugestão da Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, apenas a publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma regimental.

Pauta: I – Relatórios mensais da Ouvidoria do Ministério Público, referentes aos meses de dezembro de 2015 e janeiro de 2016. II – Processo PGJ n° 5413/2015. Assunto: Indicação de membro do Parquet para compor o Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEG. Interessado: Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias, Secretário-Chefe do Gabinete Civil do Governador do Estado. III – Processo PGJ n° 404/2016. Assunto: 6º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público. Interessado: Francisco Antônio Souto e Faria, Presidente Executivo do 6º Congresso Virtual Nacional do Ministério Público e do 6º Fórum Virtual Nacional do Ministério Público. IV – Processo PGJ n° 2379/2014. Assunto: Recurso interposto contra decisão de arquivamento, pelo Procurador-Geral de Justiça, de investigação contra o Prefeito de São Sebastião, Charles Nunes Regueira. Interessado: Atla de Lima Santos. V – Processo PGJ n° 616/2016. Assunto: Solicitação em prol da edição de resolução do Colégio de Procuradores de Justiça, estabelecendo a divisão das atribuições extrajudiciais das Promotorias de Justiça de União dos Palmares. Interessado: Promotor de Justiça Carlos Davi Lopes Correia Lima. VI – Processo

PGJ n° 620/2016. Assunto: Informação sobre a Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n° 144/2015 (LOA de 2016). Interessado: Deputado Estadual Galba Novais. VII – Discussão sobre questões orçamentárias relativas ao exercício de 2016.

Deliberações sobre as matérias em questão: I – Tomou-se conhecimento dos relatórios, sem discrepância de votos. II – O Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino logrou a indicação por aclamação. III – Decidiu-se, por unanimidade, pela informação dos e-mails dos presentes ao Presidente Executivo do evento, consultando-se os ausentes sobre permissão quanto a futura transmissão dos seus endereços eletrônicos. IV – Procedida a leitura do relatório, da lavra do Procurador de Justiça Valter José Omena Acioly, o qual antecipou o seu voto, pelo conhecimento e improvemento do recurso, concluída a discussão da matéria, os Procuradores de Justiça Vicente Felix Correia e Denise Guimarães de Oliveira pediram vista conjunta dos autos recursais. V – Autorizada a redação de minuta da resolução pretendida, a cargo do Assessoria Técnica da chefia do Ministério Público, para futura decisão mediante discussão e exame do Colegiado. VI – Examinou-se a finalidade, benévola ao serviço de inteligência do Parquet local, da emenda apresentada pelo Deputado Estadual Galba Novais. VII – O presidente discorreu sobre a iminente redução na proposta orçamentária apresentada pelo Ministério Público, referente ao presente exercício, em razão da dificuldade financeira enfrentada pelo Estado de Alagoas, limitação essa que repercutirá nos gastos de custeio administrativo e de pessoal da instituição ministerial e restringirá as nomeações de novos Promotores de Justiça para preenchimento de claros existentes na carreira, com reflexos sobre a sociedade alagoana.

Comentários, proposições e esclarecimentos: I – O Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz aventou mais empenho na segurança do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. II – O Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino sugeriu a elaboração de uma manifestação escrita dos Procuradores de Justiça ao Governador do Estado, apontando a necessidade de destinação de recursos específicos ao Parquet, objetivando a nomeação de Promotores de Justiça aprovados em concurso público válido. III – O Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino propôs duas moções de congratulações que mereceram acolhidas, ao Procurador de Justiça Antiógenes Marques de Lira, pela liderança no processo de implantação do projeto MP Digital, de integração ao Sistema de Automação da Justiça – SAJ, e à Organização Arnon de Mello, pela comemoração dos 84 (oitenta e quatro) anos de sua fundação. IV – O Procurador de Justiça Vicente Felix Correia apresentou uma moção, também aceita e a qual se associou o Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes, de elogio ao Governador Renan Calheiros Filho, pelas escolhas dos Secretários Luciano Barbosa e Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, respectivamente, da Educação e da Defesa Social, em razão dos reconhecidos resultados dos trabalhos desenvolvidos naquelas Pastas. V – O Procurador de Justiça Eduardo Tavares Mendes agradeceu a todos e a cada um dos que colaboraram com a exitosa realização do “I Ciclo de Palestras de Direito Eleitoral”, promovido pela ESMP/AL e AMPAL, ao tempo em que encaminhou uma moção, acatada por concordância geral, de felicitações às Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras do Ministério Público local, ativas e aposentadas, pela celebração da Semana da Mulher, revelando que as colegas de carreira serão homenageadas no dia 7 (sete) vindouro, no Memorial Hélio Cabral do Ministério Público Alagoano, com a inauguração de uma galeria de fotos que eternizará a passagem gloriosa de todas pela instituição. VI – O Presidente teceu comentários sobre os itens I e II acima e explanou a propósito de assuntos gerais e ou negócios de interesse do Ministério Público.

Maceió (AL), 04 de março de 2016.

Procurador de Justiça Marcos Méro
Secretário ad hoc

PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 22/4/2016

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 22 de abril de 2016, sexta-feira, às 10h, a fim de que o Colégio aprecie:

Ata da 2ª Reunião Ordinária do CPJ em 2016.

Relatórios mensais da Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas, referentes aos meses de fevereiro e março de 2016.

Proc. PGJ n. 134/2016. Assunto: Recurso Administrativo interposto em face da decisão proferida pelo Procurador-Geral de Justiça. Interessada: Andressa de Freitas Santos Dantas, Técnica do Ministério Público.

Proc. PGJ n. 2379/2014. Assunto: Recurso impetrado contra decisão de arquivamento, pelo Procurador-Geral de Justiça, da investigação contra o Prefeito de São Sebastião, Senhor Charles Nunes Regueira. Interessado: Atla de Lima Santos.

Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, em Maceió, 18 de abril de 2016.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça

Conselho Superior do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

A Secretária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 14, inciso XII, item 3, do Regimento Interno do CSMP/AL, torna públicas as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas dos seguintes processos:

046. Procedimento Preparatório n° 01/2015. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Assunto: Acessibilidade do comércio da cidade de Coruripe (Cópia do PGJ/AL-558/2015 – Ref.: PGJ/AL-1466/2016 e MP n° 06.2016.00000073-0).

047. Processo n° PGJ/AL-4871/2013 (04 vols.). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Condomínio Bosque das Bromélias. Assunto: Lançamento irregular de efluentes pelo Condomínio Ilhas de Vivence.

048. Processo n° PGJ/AL-5352/2014. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Josué Calixto de Oliveira e Procuradoria da República em Alagoas. Assunto: Irregularidades na prestação de serviços pela Eletrobras Distribuição Alagoas no povoado Miaí de Baixo.

049. Processo n° PGJ/AL-939/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe. Interessado(a): Banco Santander (Amália Del Carmen Sanguenza Pardo, Superintendente de Sustentabilidade). Assunto: Fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso pelo município de Coruripe em 2015.

Cumprir, ainda, que os autos dos processos acima listados se encontram a disposição dos interessados, na Secretaria deste Conselho, para que a associação legitimada ou quem tenha legítimo interesse apresente, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, conforme o comando do artigo 172 do RICSMP/AL.

Publicado em 19 de abril de 2016

Prazo para impugnação: até 28 de abril de 2016

Maceió, 18 de abril de 2016

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Victor André Carneiro Magalhães
Técnico do Ministério Público

EXTRATO DA ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), excepcionalmente, às 10 horas, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, compareceram, para realização da 10ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Sérgio Jucá, Vicente Felix Correia, Walber José Valente de Lima e Denise Guimarães de Oliveira. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Marcos Barros Méro e Valter José de Omena Acioly, sob a presidência do primeiro. Havendo quorum, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Ato contínuo, foi posta à apreciação a ata da 9ª reunião ordinária de 2016, a qual resultou aprovada. Ato contínuo, passou-se a análise dos processos para conhecimento. 1. Ofício n° 63/2016. Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de remessa, em razão de declínio de atribuições, com fundamento no Assento n° 005 do CSMP, do Processo n° PGJ/AL-5469/2015 ao Ministério Público do Trabalho em Alagoas. 2. Processo n° PGJ/AL-622/2016 (PGJ/AL-1162/2016). Interessado(a): Maria Cecília Pontes

Carnaúba, Promotora de Justiça. Assunto: Comunicação da participação em reunião do Grupo de Trabalho de Educação do CNMP, realizado no dia 16 de março de 2016, na cidade de Brasília/DF. 3. Processo nº PGJ/AL-960/2016. Interessado(a): 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça de comunicação da expedição da Recomendação nº 01/2016 sobre propaganda eleitoral antecipada no município de Marechal Deodoro e da Barra de São Miguel, além solicitação publicação no Diário Oficial do respectivo. 4. Processo nº PGJ/AL-1180/2016. Interessado(a): Maria Cecília Pontes Carnaúba, Promotora de Justiça. Assunto: Requerimento de afastamento das funções durante o período de 18 de abril de 2016, para participação em audiência pública na sede do CNMP cujo tema será o Financiamento e Custeio da Educação, na cidade de Brasília/DF. 5. Processo nº PGJ/AL-1198/2016. Interessado(a): Maria Cecília Pontes Carnaúba, Promotora de Justiça. Assunto: Requerimento de afastamento das funções durante o período de 27 a 29 de abril de 2016, para participação na 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizadas pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racional e dos Direitos Humanos, na cidade de Brasília/DF. 6. Processo nº PGJ/AL-1200/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. 7. Processo nº PGJ/AL-1201/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 1ª Promotoria de Justiça de Penedo. 8. Processo nº PGJ/AL-1204/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 2ª Promotoria de Justiça de Penedo. 9. Processo nº PGJ/AL-1205/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 3ª Promotoria de Justiça de Penedo. 10. Processo nº PGJ/AL-1206/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 4ª Promotoria de Justiça de Penedo. 11. Processo nº PGJ/AL-1207/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 6ª Promotoria de Justiça de Penedo. 12. Processo nº PGJ/AL-1248/2016. Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da instauração de Procedimento Preparatório (Portaria nº 001/2016) para apurar o lançamento irregular de efluentes sem tratamento em região de nascentes do rio Pratygy no município de Rio Largo. 13. Processo nº PGJ/AL-1275/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na Promotoria de Justiça de Maribondo. 14. Processo nº PGJ/AL-1276/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 33ª Promotoria de Justiça da Capital. 15. Processo nº PGJ/AL-1277/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na Promotoria de Justiça de Capela. 16. Processo nº PGJ/AL-1279/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 10ª Promotoria de Justiça da Capital. 17. Processo nº PGJ/AL-1280/2016. Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público. Assunto: Encaminhamento de relatório de correção ordinária realizada na 32ª Promotoria de Justiça da Capital. 18. Processo nº PGJ/AL-1288/2016. Origem: 1ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil (Portaria nº 01/2016) para apurar possíveis irregularidades na contratação emergencial no fornecimento de combustíveis. 19. Processo nº PGJ/AL-1303/2016. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Assunto: Comunicação da instauração de Inquérito Civil (Portaria nº 01/2016 - 2ª PJMD) para apurar possíveis irregularidades na celebração e execução de contrato administrativo firmado com a empresa J. B. Locação de veículos LTDA com a Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro. 20. Processo nº PGJ/AL-1322/2016. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação da remessa dos autos, em razão de declínio de atribuições à 66ª Promotoria de Justiça da Capital. O Conselho Superior deliberou em tomar conhecimento de todos os itens, exceto do item 1º, relativo ao Ofício nº 63/2016, da 14ª Promotoria de Justiça da Capital, em face da arguição da Conselheira Denise Guimarães de Oliveira, entendendo que a matéria deveria ser objeto de apreciação, nos termos do art. 9º-A, da Resolução 23/2007 do CNMP, com a redação dada pela Resolução CNMP 126, de 29.07.2015, devendo ser procedida pela Sec. do CSMP a distribuição do feito, nos moldes do Regimento Interno. Em continuidade, passou-se a apreciar os seguintes processos para deliberação em reexame de promoção de arquivamento. Pela ordem, o Senhor Presidente verificando as ausências dos Conselheiros Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Walter José de Omena Acioly, relatores dos itens 1 e 2, da ordem do dia, e 3 e 4, respectivamente, retirou-os de pauta, com a anuência dos demais Conselheiros para incluí-los na pauta da reunião vindoura. Em seguida, passou-se a apreciar os demais itens da pauta. 5. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL-5133/2014. Origem: 66ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: Sob sigilo. Assunto: Notícia de irregularidades urbanísticas em imóvel localizado na Rua Princesa Isabel, nº 82, Barro Duro, nesta capital. Relator (a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 6. Pro-

cedimento Administrativo nº 01/2015 (18 volumes). Origem: 19ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Fornecimento de material escolar ao Estado de Alagoas. Relator (a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: Após o voto da ilustre relatora, pela homologação da promoção de arquivamento, o Senhor Presidente arquivou a preliminar no caso dos autos de preterição de formalidade essencial, prevista no art. 10º, § 1º, da Resolução 23/2007, do CNMP, tendo a relatoria entendido que o cumprimento de tal solenidade não se fazia imprescindível, uma vez que houve a judicialização da matéria e os demandados terão assegurados o devido processo legal na ação respectiva, entendimento que o Conselheiro Walber José Valente de Lima sufragou, enquanto o Conselheiro Vicente Felix Correia votou no sentido da conversão do feito em diligência para a cientificação dos interessados. Havendo empate, o Senhor Presidente, considerando ser vedado o uso do voto de qualidade, no âmbito dessa instância, faculdade assegurada, exclusivamente, ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, nos termos do § 1º do art. 12, da Lei Complementar nº 15/1996, transferiu o resultado do julgamento para reunião vindoura, com a presença de 01 (um) ou mais Conselheiros para alcançar a maioria simples no veredicto. 7. Inquérito Civil nº 21/2014 (PGJ/AL-2448/2015). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Antônio Joaquim da Silva e outros. Assunto: Poluição sonora na Rua da Paz nº 103, bairro do Tabuleiro dos Martins (Ref.: PGJ/AL-1018/2016). Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 8. Notícia de Fato nº 05/2016 (PGJ/AL-382/2016). Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Anônimo. Assunto: Condutas irregulares por parte de autoridades da polícia civil. Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: Não se tomou conhecimento da matéria, a minguada de legitimidade desta instância, devolvendo-se os autos à Promotoria de origem. 9. Processo nº PGJ/AL-1314/2015. Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Amaro Elias dos Santos (Presidente da ASCOMGMF). Assunto: Irregularidades em corte de barreira na R. Frei Damião, bairro do Jacintinho. Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: O Conselho Superior deliberou, baseado no voto da ilustre relatora, em rejeitar a promoção de arquivamento, ordenando, por maioria, a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para designar órgão de execução a prosseguir na apuração do caso, nos termos do § 4º, II, do art. 10 da Resolução CNMP nº 23/2007, contra o entendimento da Conselheira Denise Guimarães de Oliveira, que votava pela remessa dos autos à 66ª Promotoria de Justiça da Capital, com base na Resolução nº 38/2012, do Colégio de Procuradores de Justiça. 10. Inquérito Civil nº 17/2014 (PGJ/AL-2050/2014). Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: SINTEAL. Assunto: Notícia de contratação de estagiários em substituição de professores pelo Município de Maceió. Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: Conhecida e homologada a promoção de arquivamento. 11. Procedimento Investigatório Criminal nº 09/2015. Origem: Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GECOC). Interessado: Ministério Público. Assunto: Persecução de crimes operados por organizações criminosas atuantes no Estado de Alagoas. Relator(a): Conselheira Denise Guimarães de Oliveira. Proclamado o resultado: Não conhecida a promoção de arquivamento, nos termos do voto da ilustre relatora, por cuidarem, os autos, de matéria criminal, determinando-se, com fundamento no Assento nº 003, do CSMP, a remessa do feito à Chefia do Ministério Público, para os fins de direito. 12. Processo nº PGJ/AL-4433/2015. Origem: Promotoria de Justiça de Mata Grande. Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Canapi. Assunto: Notícia de renúncia indevida de crédito, por parte do Município de Canapi, frente a União (Cópia do Proc. 3292/2015). Relator (a): Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. (Retorno do pedido de vista do Senhor Presidente, Dr. Sérgio Jucá). Pela ordem, o Senhor Presidente verificando a ausência do Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, relator, também, do item 12 da ordem do dia, retirou-o de pauta, com a anuência dos demais Conselheiros para incluí-lo na pauta da reunião vindoura. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Luiz de Albuquerque Medeiros Filho, Promotor de Justiça e Secretário deste Conselho, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim, pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

Conselheiro SÉRGIO JUCÁ (Presidente / Procurador-Geral de Justiça)

Conselheiro VICENTE FELIX CORREIA (Corregedor-Geral do Ministério Público)

Conselheiro WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Conselheira DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público
Conselho Superior

Corregedoria Geral do Ministério Público

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 32/2016
Interessado: Thiago Parrini Farkatt de Oliveira
Natureza: Denúncia.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho a manifestação de fls., nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões para decidir pelo arquivamento dos autos, conforme parecer da Assessoria Técnica, comunicando às partes interessadas do inteiro teor desta decisão. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 11 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 50/2016
Interessado: João Alves Neto
Natureza: Denúncia

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho a manifestação de fls., nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões para decidir pelo arquivamento dos autos, conforme parecer da Assessoria Técnica, comunicando às partes interessadas do inteiro teor desta decisão. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 11 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 61/2016
Interessado: Ouvidoria do Ministério Público de Alagoas
Natureza: Pedido de Providências

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, cujos fundamentos adoto para determinar o arquivamento dos autos. Intimem-se os Interessados do presente despacho. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 12 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 205/2016
Interessado: Fernando Antônio Souza Dorea
Natureza: Denúncia

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, determinando a remessa de cópia dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça de União dos Palmares/AL, para as providências que entender cabíveis. Intimem-se os Interessados do presente despacho. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 13 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 206/2016
Interessado: Williams Roger Cleto Cavalcante
Natureza: Denúncia

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, determinando a expedição de ofício à 22ª Promotoria de Justiça da Capital, solicitando cópia integral dos autos do Processo PGJ nº 1804/2014 (Processo nº 75/2014). Maceió, 13 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 207/2016
Interessado: Cristiano dos Santos Silva
Natureza: Pedido de Providências.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho a manifestação de fls., nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões para decidir pela remessa dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, para os devidos fins. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 13 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

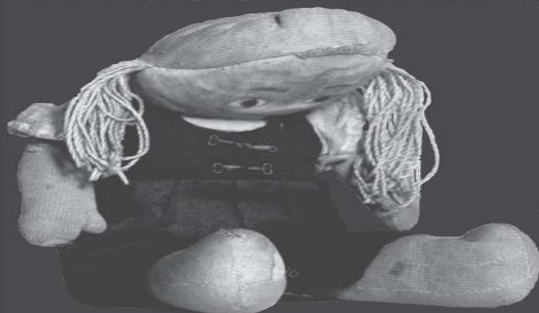
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Processo CGMP nº 501/2015
Interessado: Ouvidoria do Ministério Público
Natureza: Pedido de Providências

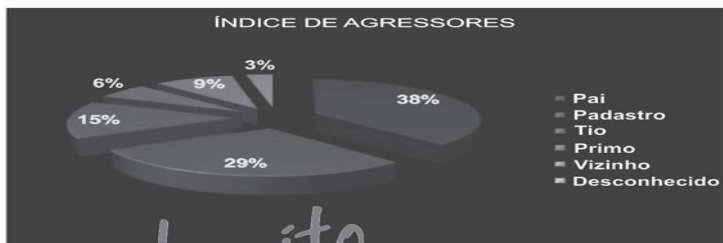
EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Douta Assessoria Técnica desta Corregedoria-Geral do Ministério Público Estadual, o qual passa a integrar a presente Decisão, determinando o arquivamento dos autos. Oficie-se ao Dr. Promotor de Justiça de São José da Lage/AL, orientando-o no sentido de observar o contido no artigo 7º da Resolução CNMP nº 95/2013. Intimem-se os Interessados. Publique-se. Após, arquite-se. Maceió, 12 de abril de 2016.

Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral

TODOS CONTRA O ABUSO INFANTIL



**EM 88% DOS CASOS DE ABUSO INFANTIL,
O AGRESSOR FAZ PARTE DO CIRCULO DE
CONVIVÊNCIA DA CRIANÇA.**



Faça bonito. **Proteja
nossas crianças
e adolescentes**



**IMPRENSA
OFICIAL**
GRACILIANO RAMOS

Secretaria de Estado
do Planejamento,
Gestão e Patrimônio

